


INSTITUTO	
 Documentação	
SOCIOAMBIENTAL	
Fonte	D.O.U. nº 223 seção 1
Data	20/11/98 Pg 33-35
Class.	MMD 000 59

DESPACHO Nº 69, DE 9 DE NOVEMBRO. DE 1998

Assunto: Processo FUNAI/BSB/0547/94. Referência: Terra Indígena RIO URUBU. Interessado: Grupo Indígena Mura. EMENTA: Aprova o relatório circunstanciado de identificação e delimitação da Terra Indígena em que se refere, com fulcro no Decreto nº 1.775, de 8 de janeiro de 1996.

O PRESIDENTE DA FUNDAÇÃO NACIONAL DO ÍNDIO - FUNAI, tendo em vista o que consta no Processo FUNAI/BSB/0547/94, e considerando o Resumo do Relatório de Identificação, de autoria dos antropólogos Carlos Alberto Montes Peres e Maria Elizabeth Brea Monteiro que acolhe, face as razões e justificativas apresentadas, decide:

1. Aprovar as conclusões objeto do citado resumo para afinal, reconhecer os estudos de identificação da Terra Indígena RIO URUBU, de ocupação do respectivo grupo tribal Mura, com superfície e perímetro aprovados de 27.500 hectares e 134 km respectivamente, localizada no município de Itacoatiara, Estado do Amazonas.
2. Determinar a publicação no Diário Oficial da União e Diário Oficial do Estado do Amazonas, do Resumo do Relatório Circunstanciado, Memorial Descritivo, Mapa e Despacho, na conformidade do § 7º do art. 2º do Decreto nº 1.775/96.
3. Determinar que a publicação referida no item acima, seja afixada na sede da Prefeitura Municipal da situação do imóvel.

SULIVAN SILVESTRE OLIVEIRA

#### RESUMO DO RELATÓRIO DE IDENTIFICAÇÃO E DELIMITAÇÃO DA TERRA INDÍGENA RIO URUBU

Referência: Processo FUNAI/BSB/0547/94. Denominação: Terra Indígena Rio Urubu; Localização: Município de Itacoatiara, Estado do Amazonas; Superfície: 27.500 ha; Perímetro: 134 km; Sociedade Indígena: Mura; População: 374 pessoas; Delimitação: Grupo Técnico constituído pela Portaria nº 389/PRES, de 31 de maio de 1996, coordenado pelo antropólogo Carlos Alberto Montes Perez.

#### DADOS GERAIS

Originariamente, os índios falavam a língua Mura e hoje falam apenas a língua portuguesa. Atualmente na área indígena existem quatro aldeias: Taboca, Maquira, Correnteza e Cana, além de algumas malocas dispersas ao longo da área.

A Terra Indígena Rio Urubu foi incluída na relação de terras indígenas a serem identificadas pela FUNAI através do Processo FUNAI/BSB/0547/94. O Grupo Técnico, instituído através da Portaria nº 389/PRES/96, objetivou identificar e delimitar a terra indígena de uso tradicional dos Mura no rio Urubu.

#### HISTÓRICO

As primeiras notícias sobre os índios Mura datam de 1714, quando o padre jesuíta Bartolomeu Rodrigues os menciona habitando o rio Madeira, entre os Torá e os Unicoré. As primeiras informações foram possíveis a partir dos relatos dos missionários da Companhia de Jesus que estabeleceram missões ao longo do Amazonas e em especial no Madeira a partir da segunda metade do século XVIII, e que tinham como objetivo exercer o controle dos numerosos grupos indígenas da região. Além do caráter evangelizador, essas missões visavam a organização das populações indígenas para fins econômicos através da prática dos "descimentos".

A política imposta por Portugal às populações indígenas da Amazônia constituiu-se num processo de desfiguração étnica que, em última instância, significava o extermínio: A esse avanço do sistema colonial

INSTITUTO

Documentação

SOCIOAMBIENTAL

Fonte: D.O.V. nº 223/Sec 01

Data: 20/11/98 Pg 34

Class.: MMD00059(2)

português os Mura impuseram uma longa resistência. Referidos como "gentios de corso", permaneciam afastados dos povoados e realizavam ataques aos empreendimentos coloniais e às missões religiosas, sendo, pois, uma constante ameaça aos interesses da metrópole.

Esse comportamento "hostil" deu origem a um processo-crime instituído pela Companhia de Jesus que ficou conhecido como *Autos da Devassa contra os Índios Mura* (1738-1739). O processo, de idoneidade duvidosa, já que muitas testemunhas de acusação tinham claro comprometimento na destruição dos núcleos Mura, tendo em do vista interesse na coleta e na comercialização do cacau, e ao fato de que nunca haviam estado no rio Madeira, visava obter a legalização por parte das autoridades coloniais para a guerra contra os Mura. Todavia, a guerra não foi aprovada sob a alegação de que as testemunhas e a Companhia de Jesus depunham em causa própria.

Um outro acontecimento que provocou o confronto entre Mura e portugueses foi a descoberta de minas de ouro em Mato Grosso, em meados do século XVIII, o que intensificou o movimento de embarcações pelo rio Madeira, provocando um alto número de mortes entre esse grupo. Conscientes da diferença bélica e de poder de combate, os Mura passaram a usar o conhecimento do seu habitat para surpreender os barcos que navegavam pelo Madeira, o que mobilizou um esforço de repressão colonial.

A ação portuguesa dirigia-se também a outros grupos indígenas que viviam nas margens dos principais afluentes do baixo e médio Amazonas, provocando um acentuado despovoamento na região. Esse fato permitiu aos Mura se expandirem territorial e demograficamente, aproveitando-se dos espaços vazios deixados pelos descimentos, fugas e mortes provocadas por contágio de doenças. Como fixavam seus aldeamentos nas várzeas do Amazonas, Solimões, Negro, Japurá e seus tributários, isto lhes assegurava uma capacidade de deslocamento em para as áreas onde a caça e a pesca eram abundantes, suas canoas.

A expansão territorial, que atingiu seu clímax por volta de 1774, se verificou pelos ataques dos Mura às localidades de Silves, Borba, Autaz, Manacapuru, Fonte Boa, Codajaz, Carvoeiro, entre outras, e levando-os, por volta da segunda metade do século XVIII, a ocupar o rio Urubu, tributário do Amazonas, antes habitado pelos Caboquenas e Guanavenas.

Ainda que as evidências sobre a ocupação do rio Urubu pelos Mura, desde 1787, só foi registrada pelo naturalista João Barbosa Rodrigues que, em viagem à região em 1875, descreve a organização do grupo e identifica áreas tradicionais como as malocas Castanhal, Aniba, Dapaturu, Sangal, Cana e Correnteza. Ao entrar no Paranã do Arauató, importante canal que liga o rio Urubu ao Amazonas, Rodrigues avistou canoas de Mura, além de vestígios de antigas malocas.

Paralelamente à expansão Mura, a Amazônia foi palco de uma série de acontecimentos, como epidemia de sarampo (1748-1749), reforma pombalina e expulsão dos jesuítas, as expedições punitivas e os descimentos de índios, que mudaram radicalmente o caráter étnico-cultural da região, resultando numa drástica diminuição do número de índios tribais e aldeados em missões.

Os ataques Mura eram apontados como obstáculos ao desenvolvimento da atividade agrícola nos povoados à margem do Amazonas, auferindo, assim, aos índios a responsabilidade pelo estado de decadência das localidades, o que justificava a inteira destruição do grupo através da realização de expedições punitivas por parte do governo português. A intensidade da ofensiva contra essa população indígena, aliado ao enfraquecimento da sua posição guerreira, à elevada mortalidade, à adoção de hábitos alheios à sua cultura e aos ataques dos Mundurucu que se estabeleceram no Madeira, levaram os Mura a celebrar um acordo que ficou conhecido como *Voluntária Redução de Paz e Amizade* (1784-1786) através do qual os índios se comprometiam a cessar suas hostilidades e fornecer produtos do sertão (peixes, tartarugas, drogas etc.).

Como consequência, ocorreram diversos descimentos Mura provenientes dos rios Negro, Juruá e Madeira, dando origem aos aldeamentos de Imaripi, Manacapuru, Piaurini, Mamiá, Guatazes, Airão e Piraquequara, onde os Mura foram reunidos, mas sempre mantendo seu estilo de vida segundo suas tradições culturais.

É certo que os Mura dominavam um vasto território, o que dá margem a algumas divergências quanto ao montante de sua população à época da pacificação. Alguns autores estimavam em 60.000 índios, outros acreditam que esse cálculo possa estar superestimado na medida em que o controle do território se fazia através de pequenos grupos que circulavam por vários ambientes, aproveitando as variações das estações da chuva e da seca.

Além disso, os Mura praticavam a "murificação", ou seja, agregavam pela guerra ou pela adoção pacífica membros de outras etnias, o que não se pode deixar de levar em conta ao se tratar do dimensionamento da população e do território Mura.

Os longos anos de exploração colonial na Amazônia, aliados a um quadro de tensões econômicas, sociais e políticas, fizeram eclodir um movimento popular de emancipação, conhecido como Cabanagem (1836-1840), que contou com a participação dos Mura ao lado dos revoltosos e lhes rendeu um novo período de represálias seguido de declínio demográfico.

O século XX não apresentou uma melhor condição de vida para as populações indígenas da região norte e, em particular, para os Mura. De acordo com documento de um funcionário do então recém-criado Serviço de Proteção aos Índios (SPI), os Mura vinham sendo explorados pelos moradores de Autaz na forma de trabalhos forçados nas roças e prostituição das índias. Paralelamente, estava em curso um violento processo de espoliação das terras indígenas em que as forças policiais foram utilizadas como meio de intimidação e expulsão dos Mura de suas terras. A ação do órgão indigenista oficial, no sentido da identificação e demarcação das posses indígenas, foi responsabilizada pela inviabilização do desenvolvimento econômico da região, justificando-se, assim, a instauração, em 1931, de uma Comissão de Inquérito, nomeada pelo Interventor Federal no Estado do Amazonas para apurar a atuação do SPI. O objetivo da Comissão constituía-se em impedir a legalização e garantia das terras indígenas através de um processo de desqualificação étnica dos Mura, onde a perda da língua era elemento-chave para a contestação de sua condição enquanto índios.

A vida nômade dos Mura contrariava o conceito de ocupação da terra que, segundo a visão das autoridades de governo, pressupunha uma fixação do grupo a um único território. A manutenção dos costumes tradicionais de circulação por vários ambientes de acordo com a estação das chuvas e da seca eram vistos como "invasões". O pronunciamento do prefeito de Borba à Comissão de Inquérito é expressivo da posição anti-indígena das autoridades estaduais: "graves prejuízos que dá aos cofres públicos a Inspeção do Serviço de Proteção aos Índios neste Estado com a usurpação de vastíssimos lotes de terras pegados de castanhaes, aos quaes fez demarcar, proibindo, até o trafego de certos rios em que estão situados alguns deles". Diante desse contexto, não é de se admirar que as conclusões da Comissão foram no sentido de que, nas regiões de Manaus, Itacoatiara, Borba e Manicoré, havia apenas "indivíduos civilizados" que se passavam por índios para "gozarem de impunidade que as leis dispensam aos verdadeiros índios".


Esses fatos determinaram, por conseguinte, que a base geográfica e ambiental, necessária para a definição dos territórios essenciais à sobrevivência dos Mura, não fosse considerada. A imposição para a demarcação de pequenos lotes de terra não permitiu que os Mura mantivessem seu sistema sócio-econômico baseado no aproveitamento dos recursos ambientais diversos da região, inviabilizando, assim, a prática de seus costumes tradicionais.

Até a década de 30, o SPI demarcou alguns lotes nos limites do município de Itacoatiara, cuja disposição fragmentada e descontínua não permitiu a conformação de uma única terra indígena Mura. As dimensões reduzidas dos lotes também não propiciaram a fixação do grupo à terra, provocando o deslocamento dos índios para outras regiões.

#### HABITAÇÃO PERMANENTE

A Terra Indígena Rio Urubu, situada às margens do rio Urubu, é ocupada pela população das aldeias Taboca, Maquira, Correnteza e Cana, localizadas em áreas tradicionalmente ocupadas pelos índios Mura. Além dessas aldeias existem habitações dispersas em várias localidades dessa Terra Indígena.

A população da Terra Indígena Rio Urubu totaliza 374 pessoas distribuídas pelas quatro aldeias visitadas: Taboca, 69 pessoas; Maquira com 103; Correnteza, 80 pessoas; e Cana com 122. Muitos são provenientes do Autazes, Arari, Araria e outras regiões e se deslocaram para o rio Urubu por saberem tratar-se de uma área de antiga ocupação Mura, o que evidencia o reconhecimento de uma identidade comum. Por outro lado, é numeroso o contingente de jovens Mura que moram em centros urbanos, como Itacoatiara e Manaus, onde trabalham para ajudar as famílias que permanecem na área indígena.

INSTITUTO  
  
 Documentação  
 SOCIOAMBIENTAL  
 Fonte: J.O.U. nº 223 (Seção 1)  
 Data: 20/11/98 Pg 34 cont.  
 Class. MM D00059 (B)

A diversidade do ambiente da região onde os Mura vivem sempre condicionou o sistema de subsistência do grupo. Para a obtenção de recursos necessários, os Mura aproveitam-se das florestas de terra firme, das matas de igapó, várzeas, igarapés e lagos, onde pescam, caçam e coletam frutos. A inclusão desses ambientes na Terra Indígena a ser demarcada é essencial à preservação das formas de vida tradicionais dos Mura.

**ATIVIDADES PRODUTIVAS**

Até pouco tempo, o sistema de subsistência tradicional Mura se caracterizou pelo deslocamento constante em busca de recursos para a sua alimentação baseada, principalmente, na pesca, caça e coleta de frutos como buriiti, bacaba, cacau, tucumã. A agricultura é uma aquisição relativamente recente no cotidiano Mura.

A destreza nas atividades tradicionais de pesca e caça garantia-lhes recursos suficientes mesmo na época das cheias, quando a dispersão dos peixes, principal item da dieta alimentar Mura, dificulta significativamente a prática da pesca. A coleta de ovos de tartaruga e de mel eram importantes atividades do período de verão. Os Mura detinham também o domínio de técnicas de conservação de alimentos como a "mexira" de tartaruga e outros animais que consistia no cozimento e posterior fritura com a gordura do próprio animal. Todavia, a partir das primeiras décadas do século XX, as pressões das frentes extrativistas sobre as áreas tradicionais Mura cerceou a circulação dos índios. A intensificação da ocupação do rio Urubu afetou o sistema econômico e a organização social de muitos grupos Mura que se viram obrigados a deixar suas áreas de ocupação em virtude das dificuldades de sobrevivência.

A construção da estrada Manaus-Itacoatiara, na década de 50, tomou dos índios importantes áreas de ocupação tradicional e propiciou a instalação de fazendas à margem esquerda do rio Urubu. Posteriormente, as pesquisas de levantamento do potencial petrolífero do rio Urubu, realizadas pela Petrobrás nos anos 60, significou uma acentuada escassez da fauna aquática, resultante das inúmeras explosões efetuadas.

O agravamento das condições ambientais, a impossibilidade de manterem o sistema de subsistência tradicional baseado na circulação espacial e no aproveitamento dos recursos de vários ambientes e a inexistência de infraestrutura de saúde e educação, fizeram com que muitos grupos familiares Mura deixassem o rio Urubu na década de 70, mudando-se para Manaus na tentativa de conseguir emprego na Zona Franca que então surgia. A difícil situação ainda se verifica, na medida em que um elevado número de índios Mura do Urubu vivem nas cidades de Manaus e Itacoatiara. Outros trabalham por empreitada nas fazendas da região preparando pasto para o gado. Na aldeia do Maquira, os Mura formam campos de pasto nas faixas de terra firme, onde desenvolvem, como alternativa de sobrevivência e fortalecimento da posição sócio-econômica no mercado regional, pequenas criações de gado.

As roças de subsistência são unidades familiares que ocupam de 1 a 2 ha, onde cultivam, principalmente, mandioca, milho, cupuaçu, mamão, abacaxi, ingá, banana, tomate etc. Os terrenos foram comprados e os índios pagam imposto rural para a Prefeitura de Itacoatiara. Nas aldeias Taboca e Maquira, foram constituídas associações de moradores com o objetivo de obter financiamento bancário para promover o desenvolvimento de atividades agropecuárias através da compra de insumos e ferramentas agrícolas.

**MEIO AMBIENTE**

Um elemento essencial para a definição dos limites da Terra Indígena Rio Urubu consiste na inclusão de áreas representativas dos ecossistemas predominantes na região e tradicionalmente utilizados pelos Mura. Nas áreas próximas aos igarapés, como o das Pedras e do Piquia, concentra-se grande quantidade de peixes e tartarugas, além de uma variedade de animais e aves como paca, capivara, catitu, biguá, mutum, jacu entre outros. Ocorrem também nessas áreas concentrações de castanheiras e outras árvores importantes não só como fonte de frutos para a alimentação, mas também como fornecedoras de matéria-prima para a construção de casas e confecção de instrumentos de caça e pesca.

A inclusão de áreas de floresta de terra firme se destina a assegurar a caça e a coleta tradicional de frutos, além das faixas de terra preta de índio, representativas da antiga ocupação indígena e propícias ao plantio de roças. As matas de igapó são igualmente importantes para os Mura pois os frutos da vegetação arbórea, como apéua, uixirana, gogô de guariba, são atrativos de peixes como tambaqui, matrinchão, cabeçudo, pacu-galo, piranha.

O aproveitamento das várzeas também ocupa lugar de destaque na economia dos índios Mura. As várzeas fertilizadas anualmente pelo período das cheias são propícias para o desenvolvimento de culturas de ciclo curto como melancia, milho, feijão e também para a formação dos campos de pasto para a alimentação do gado.

**REPRODUÇÃO FÍSICA E CULTURAL**

A tradicional presença Mura na região do rio Urubu é inquestionável não só pela memória dos membros do grupo como pelas evidências concretas entre as quais se destacam as trincheiras nas aldeias do Taboca, Correnteza e Cana, construídas pelos Mura durante a Cabanagem, as pedras desenhadas com imagens da fauna da região, além de pedaços de cerâmica e vestígios de "pão de índio". A relevância dos ecossistemas utilizados pelos Mura para a sua organização cultural se revela na culinária do grupo, onde o peixe tem papel de destaque. Nesse sentido, a diminuição dos recursos naturais, devido ao agravamento das condições ambientais, à invasão de seu território, torna-se um sério problema para a preservação dos Mura enquanto grupos étnico.

A prática da agricultura entre os Mura vem se impondo, nos últimos anos, como um meio de complementação dos recursos necessários à sua sobrevivência, tendo em vista a dificuldade de acesso a ambientes tradicionalmente utilizados e à diminuição de recursos naturais existentes. Todavia, a dificuldade de escoamento da produção agrícola para os mercados consumidores revela-se como mais um problema que o grupo vem enfrentando. Assim, a eleição e garantia de uma terra indígena contemplando os ambientes necessários à reprodução física e cultural Mura é fundamental e pode apontar para um retorno daqueles que, dada à falta de condições de sobrevivência na área, vivem nos centros urbanos próximos.

**LEVANTAMENTO FUNDIÁRIO**

Verificou-se, conforme discriminado no Quadro de detentores de posses situadas na área, totalizando 34, é constituído de pequenos e médios produtores rurais que se dedicam, em sua maioria, a atividades de subsistência. Várias outras posses foram indicadas pelos Cartórios de 1º e 2º Ofícios de Itacoatiara como incidentes na área identificada. Porém, o levantamento realizado não encontrou ditas posses, configurando serem apenas posses documentais e não posses reais.

Quadro atual da situação ocupacional dos não-índios

Nº	Nome do ocupante	Ano de ocupação	Area incidente na TI em ha
1	BARNABÉ CARVALHO ROCHA	1993	50,0
2	FRANCISCO ADEMAR FAÇANHA	1993	50,0
3	ROSIENE JESUS DA COSTA	1996	0,5
4	CIRIO DA SILVA ALVES	1990	5,0
5	PEDRO PONTES	?	-
6	ANTÔNIO ALTEMAR SABINO	1995	42,0
7	ILDA DA SILVA RODRIGUES	1995	550,0
8	RAIMUNDO BATISTA	?	15,0
9	MARIA FEITOSA PALHARES	1990	50,0
10	JOSÉ CALDEIRA LIMA	1991	-
11	WALMIR	?	-
12	FRANCISCO DE SOUZA MACEDO	1993	50,0
13	BENEDITA	?	-
14	MISSÃO EMANUEL	1966	-
15	EDNAY RODRIGUES DA SILVA	1998	100,0



INSTITUTO  
Documentação  
SOCIOAMBIENTAL  
Fonte: D.O.U. nº 223 (seção 1)  
Data: 20/11/98 pg 35  
Class. MMDD00059/11

16	FRANCISCO RODRIGUES XAVIER	?	40,0
17	FRANCISCO DARIO MONTEIRO	1984	50,0
18	ELISEU VIEIRA BRASS	1990	-
19	FRANCISCO MENDES DOS SANTOS	1996	-
20	MARIA RAIMUNDA MARTINS PENA	1993	-
21	DAVI	?	-
22	JOÃO SABINO DA SILVA	?	-
23	CARLOS BARROS PALHETA	?	-
24	MANOEL CAVARRO DA SILVA	?	-
25	MANOEL SABINO DA SILVA	?	-
26	JOANA GOMES CABRAL	?	35,0
27	DARCI TRINDADE PEREIRA	1989	90,0
28	RONALDO DA ROCHA CAETANO	?	-
29	DIONISIO	?	-
30	MOISÉS DE ALMEIDA GALVIN	1991	-
31	WALMIR PAULINO	?	-
32	RAIMUNDO NEVES GALVIN	?	-
33	JONAS DE ALMEIDA GALVIN	1986	-
34	MANOEL LOPEZ DA SILVA	1989	-

CONCLUSÃO

A definição da proposta de delimitação da Terra Indígena Rio Urubu, apresentada pelo Grupo Técnico 389/PRES/96, foi elaborada na aldeia Taboca e contou com a participação do grupo indígena em todas as suas fases durante os trabalhos de campo.

Na Terra Indígena Rio Urubu estão asseguradas as condições necessárias para garantir a permanência do sistema tradicional dos Mura no rio Urubu, espaço geográfico em que estão habituados a viver e onde muitas referências que os distinguem como grupo étnico diferenciado estão presentes.

Diante da necessidade de retomarem antigas áreas de ocupação segundo padrões tradicionais e das crescentes dificuldades enfrentadas para a manutenção de seu sistema tradicional de subsistência, os índios fundaram a Associação Comunitária Indígena Mura do Rio Urubu - ACIMURU, através da qual procuram não só garantir a demarcação de uma terra indígena que permita aos Mura se preservarem enquanto grupo indígena, mas também desenvolver uma agricultura mais racional, com orientação técnica e utilização de insumos básicos.

Por conseguinte, a definição da Terra Indígena Rio Urubu garante aos índios a proteção das áreas e dos recursos necessários à sua sobrevivência e a retomada de áreas tradicionalmente utilizadas.

Cabe destacar que, de acordo com o artigo 231 da Constituição Federal, a terra para os índios tem um valor de sobrevivência física e cultural e os direitos dos índios só estarão plenamente assegurados na medida em que lhes seja garantida a posse permanente e a riqueza das terras tradicionalmente ocupadas. O conceito de terra indígena implica considerá-la como base do habitat dos índios que por meio de sua organização cultural interagem de forma ativa com os elementos naturais, de modo a satisfazer suas necessidades humanas elementares.

A Terra Indígena Rio Urubu tem seus limites a seguir discriminados no Memorial Descritivo e Carta Topográfica da área.

CARLOS ALBERTO MONTES PEREZ  
Coordenador GT 389/96

MARIA ELIZABETH BRÊA MONTEIRO  
Antropóloga do Museu do Índio

Diretoria de Assuntos Fundiários - DAF  
Departamento de Demarcação - DED  
Memorial Descritivo de Delimitação  
Denominação  
Terra Indígena Rio Urubú,  
Aldeias Integrantes  
Taboca, Correnteza, Cana e Maquira  
Grupo Indígena  
Mura  
Localização

Município: Itacoatiara

Estado: Amazonas

Administração Executiva Regional: Manaus

Coordenadas dos Extremos

Extremos:	Latitude	Longitude
Norte :	02°59'50" S	58°59'38" WGr
Leste :	03°12'50" S	58°47'48" WGr
Sul :	03°12'50" S	58°47'48" WGr
Oeste :	03°04'37" S	59°04'17" WGr

Base Cartográfica

Nomenclatura	Escala	Órgão	Ano
SA.21-Y-A-V, SA.21-Y-A-VI, SA.21-Y-C-II e SA.21-Y-C-III	1:100.000	DSG	1980

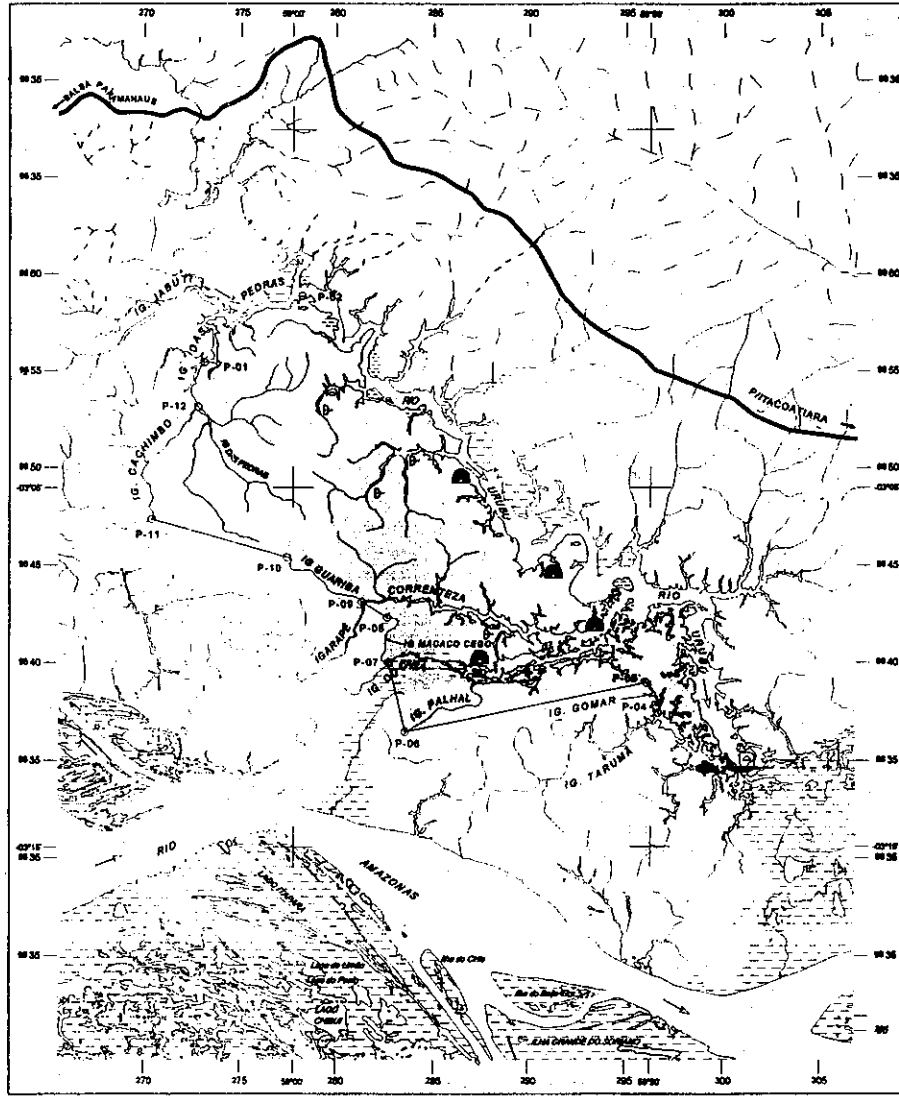
Dimensões

Superfície: 27.500 ha (vinte e sete mil e quinhentos hectares aproximadamente)

Perímetro: 134 km (cento e trinta e quatro quilômetros aproximadamente)


Descrição do Perímetro

NORTE: Partindo do ponto 01, de coordenadas geográficas aproximadas 03°01'31" S e 59°02'30" WGr, situado na confluência do Igarapé Jabuti com o Igarapé das Pedras, segue pelo último, a jusante, até o ponto 02, de coordenadas geográficas aproximadas 02°59'50" S e 58°59'38" WGr, situado na sua confluência com o Rio Urubú. LESTE: Do ponto antes descrito, segue pelo Rio Urubú, a jusante, até o ponto 03, de coordenadas geográficas aproximadas 03°12'50" S e 58°47'48" WGr, situado na confluência do Igarapé Tarumã. SUL: Do ponto antes descrito, segue pelo Igarapé Tarumã, a montante, até o ponto 04, de coordenadas geográficas aproximadas 03°11'18" S e 58°49'48" WGr, situado na confluência do Igarapé Gomar; daí, segue pelo último, a montante, até o ponto 05, de coordenadas geográficas aproximadas 03°10'26" S e 58°50'06" WGr, situado na sua cabeceira; daí, segue por uma linha reta, até o ponto 06, de coordenadas geográficas aproximadas 03°11'50" S e 58°56'54" WGr, situado na cabeceira do Igarapé Palhal. OESTE: Do ponto antes descrito, segue por uma linha reta, até o ponto 07, de coordenadas geográficas aproximadas 03°09'53" S e 58°57'21" WGr, situado na confluência do Igarapé Macaco Cego com o Igarapé do Cana; daí, segue pelo Igarapé Macaco Cego, a montante, até o ponto 08, de coordenadas geográficas aproximadas 03°08'38" S e 58°57'23" WGr, situado em sua cabeceira; daí, segue por uma linha reta, até o ponto 09, de coordenadas geográficas aproximadas 03°08'12" S e 58°58'05" WGr, situado na confluência do Igarapé Guariba, com o Igarapé Correnteza; daí, segue pelo Igarapé Guariba, a montante, até o ponto 10, de coordenadas geográficas aproximadas 03°06'57" S e 59°00'11" WGr, situado em sua cabeceira; daí, segue por uma linha reta, até o ponto 11, de coordenadas geográficas aproximadas 03°05'52" S e 59°04'01" WGr, situado na cabeceira do Igarapé Cachimbo; daí, segue pelo referido igarapé, a jusante, até o ponto 12, de coordenadas geográficas aproximadas 03°02'46" S e 59°02'41" WGr, situado na sua confluência com o Igarapé das Pedras; daí, segue pelo referido igarapé, a jusante, até o ponto 01, início da descrição deste perímetro. Responsável Técnico pela Identificação dos Limites: Sebastião Carlos Baptista - Engº Agrimensor - DF/UMAO - CREA SP 77.417/D.



SINAIS CONVENCIONAIS

- TERRA INDÍGENA DELIMITADA
- PONTO DEFINIDOR DE LIMITE
- ALDEIA INDÍGENA
- RODOVIA PAVIMENTADA
- CAMINHO
- CURSO D'ÁGUA INTERMITENTE
- CURSO D'ÁGUA
- DIREÇÃO DE CORRENTE
- ALAGADO

 MINISTÉRIO DA JUSTIÇA FUNDAÇÃO NACIONAL DO ÍNDIO - FUNAI DIRETORIA DE ASSUNTOS FUNDIÁRIOS - DAF			
TERRA INDÍGENA RIO URUBÚ		PLANTA DE: DELIMITAÇÃO	
MUNICÍPIO: ITACOATIARA		SUPERFÍCIE: 27.800 ha	PERÍMETRO: 134 km
ESTADO: AMAZONAS		ESCALA: 1:250.000	DATA: 12/08/98
RESPONSÁVEL TÉCNICO NA ELABORAÇÃO DOS LIMITES: CARLOS ALBERTO MONTINI PEREIRA (ARQUEÓLOGO)		RESPONSÁVEL TÉCNICO NA IDENTIFICAÇÃO DOS LIMITES: MARCELO FERREIRO COLARES (SERVIDOR PÚBLICO)	
VISTO CHEFE DO DEPTO:		PONTUAÇÃO:	